

# AINST/16/00060 — Nova decisão de apresentação de recurso

## Decisão de Apresentação de Recurso da Decisão do Conselho de Administração

1. Tendo recebido a decisão do Conselho de Administração relativa à Avaliação Institucional do/a Escola Superior De Tecnologias E Artes De Lisboa
2. O responsável da Entidade Intituidora decide: Apresentar recurso
3. Recurso (Português):  
Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Revisão da A3ES

Procedimento n.º AINST/16/00060

Instituto Leonardo da Vinci, interessada no procedimento à margem referenciado, tendo sido notificada da decisão nele proferida pelo Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (adiante apenas a “A3ES”), em 27 de Novembro de 2018, de “Não Acreditar” a ESTAL, vem ao abrigo do disposto no artigo 17º, dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro, e nos termos do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, interpor Recurso daquela decisão, nos termos e com os fundamentos que constam da minuta em anexo. De acordo com a informação veiculada pelos serviços da A3ES, o presente recurso deveria ser apresentado em versões portuguesa e inglesa e sujeitar-se a uma dimensão máxima do ficheiro informático que as contivesse de 150 KB.

Sucede que tal exigência é duplamente ilegal, desde logo no que concerne à dimensão do texto, pois que tal limitação, a ser atendida, ou impediria a Recorrente de explanar os seus argumentos em relação a todos e cada um dos (muitos) factos e pressupostos em que assenta a Decisão recorrida ou, a serem todos aflorados, seria susceptível de afetar o teor e inteligibilidade do texto, em qualquer caso restringindo o direito de recurso da interessada.

E é ilegal também no que concerne à exigência de tradução, pois que sendo o Conselho de Revisão um órgão da A3ES, rege-se pelo disposto nos Estatutos desta, pelo seu Regulamento próprio (Regulamento n.º 869/2010) e, supletivamente pelo Código de Procedimento Administrativo (art. 9º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro).

Ora, nenhum destes diplomas prevê, impõe ou sequer admite que o recurso seja apresentado também em língua inglesa; e mesmo o Regulamento n.º 392/2013, da A3ES (regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos), apenas admite tal hipótese em relação aos elementos enunciados no n.º 1 do seu art. 28º, entre os quais não consta o pedido de recurso nem nenhum documento que lhe seja equiparável, de modo a sequer permitir aplicação analógica.

Resta, assim, o recurso ao Código de Procedimento Administrativo, subsidiariamente aplicável, cujo artigo 54.º, clara, expressa e concisamente impõe que a língua dos procedimentos seja a portuguesa, pelo que carece em absoluto de base legal a exigência formulada pelos serviços da A3ES.

Não obstante, por respeito para com os membros desse Conselho de Revisão que não dominam a língua portuguesa, procedeu a Recorrente à tradução da minuta de recurso; o que não pode é aceitar que a mesma tenha que fazer parte integrante desta e conter-se nos 150 KB máximos permitidos, agravando as restrições ao direito de expressão e explanação da Recorrente, pelo que irá aquela ser remetida por correio electrónico, para o endereço a3es@a3es.pt e ao cuidado de V.ª Exa.

A Presidente do Conselho de Administração do ILV,

(Maria Franco Lemos Mocho)

4. Documento anexo (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

# **Anexos**

Procedimento n.º AINST/16/00060

Instituto Leonardo da Vinci, associação sem fins lucrativos, com sede social na Rua Rodrigues Faria, n.º 7, em Lisboa, pessoa colectiva n.º 504232410 (adiante apenas o “ILV”), entidade instituidora da Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa (adiante apenas a “ESTAL”), estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado instalado na Rua Rodrigues Faria, n.º 7, em Lisboa, e, nessa qualidade, interessada no procedimento à margem referenciado, tendo sido notificada da decisão nele proferida pelo Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (adiante apenas a “A3ES”), em 27 de Novembro de 2018, de “Não Acreditar” a ESTAL, vem ao abrigo do disposto no artigo 17º, dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro, e nos termos do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, interpor

#### RECURSO

daquela decisão do Conselho de Administração da A3ES, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

1 – Conforme resulta do art. 22º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, o recurso a interpor, no que ao caso interessa, de decisão de não acreditação pode ter como fundamento a ilegalidade ou manifesta inconveniência da deliberação recorrida.

Ora, a deliberação aqui impetrada é, como se passará a demonstrar, a um tempo ilegal e manifestamente inconveniente.

#### DA ILEGALIDADE DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA

##### Vícios de forma

##### Da falta de fundamentação

2 – Conforme resulta dos arts. 2º, 3º e 7º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro, que instituiu a A3ES, esta, não obstante a sua natureza de fundação de direito privado, viu serem-lhe atribuídos e fins e competências de natureza pública, nomeadamente no domínio da acreditação de instituições de ensino superior, essenciais para o funcionamento das mesmas, e dos ciclos de estudos nela ministrados, conforme decorre do disposto no art. 60º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Logo, não é de estranhar que o Dec.-Lei n.º 369/2007 tenha sujeitado, no seu art. 9º, a actuação da A3ES e, consequentemente, os actos dos seus órgãos, à aplicação subsidiária do Código do Procedimento Administrativo (adiante apenas o “CPA”), como actos materialmente administrativos que, em muitos casos, efectivamente são, na medida em que afectam direitos e expectativas legitimamente protegidas dos interessados.

3 – No caso vertente, a deliberação recorrida, ao determinar a Não Acreditação da ESTAL, com as consequências que tal acarreta para o seu funcionamento, inequivocamente extingue ou, pelo menos, afecta o direito do ILV, enquanto entidade instituidora da ESTAL, a prosseguir a actividade desta, pelo que está sujeita ao regime de fundamentação constante dos arts. 152º a 154º, do CPA, atento o disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 152º, deste diploma.

4 – O n.º 1 do art. 153º, do CPA, impõe que a “fundamentação deve ser expressa, através de sucinta exposição dos fundamentos de facto e de direito da decisão, podendo consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que constituem, neste caso, parte integrante do respectivo acto” (sublinhados nossos).

5 – Foi, aliás, com assento na preterição total da fundamentação de Direito exigível que Deliberação anterior do Conselho de Administração da A3ES, datada de 17 de Julho de 2018, foi anulada pelo Conselho de Revisão da A3ES, em decisão datada de 12 de Setembro de 2018.

6 – Porém, ainda que parcialmente, o Conselho de Administração da A3ES recalitra impenitente na falta de fundamentação jurídica da Decisão impugnada, pois que, dos nove motivos apontados para sustentar a sua decisão da Não Acreditação, há quatro em relação aos quais se mantém absolutamente silente quanto às normas jurídicas que lhes atribuem relevância para efeitos da decisão tomada (“Relatório de auto-avaliação com inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola”, “Análise muito simplista e incompleta das forças / fraquezas / oportunidades / ameaças da instituição”, “Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que com indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas” e “Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada a 1ºs ciclos de estudos”) e um (“Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes”) em que apenas aponta a fundamentação jurídica da falta de definição e concretização de políticas de investigação, omitindo, por completo, qualquer fundamentação jurídica em relação aos outros vícios / deficiências nesse capítulo apontadas.

7 – Ora, na falta de ponderação relativa das 9 (nove) razões apontadas na Decisão sob recurso para a sua conclusão de Não Acreditação, não é possível aferir se só com as que se apresentam devidamente fundamentadas a conclusão seria a mesma, ou seja se, não considerando os motivos acima denunciados como indevidamente fundamentados, ainda assim o Conselho de Administração da A3ES decidiria pela Não Acreditação apenas com base nos restantes.

8 – Consequentemente, tal omissão contende com os direitos do ILV, enquanto interessado no procedimento, impedindo-o de sindicar, nessa parte, os alicerces jurídicos da deliberação impetrada, o que acarreta a invalidade parcial desta, por falta de fundamentação, e deve determinar a sua anulação, nos termos do n.º 2 do art. 32º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, e dos n.ºs 1 e 4 do art. 163º, do CPA, aplicável ex vi do art. 9º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

##### Da fundamentação insuficiente

9 – A obrigação de proceder à audiência dos interessados, concluída a instrução do procedimento, imposta pelo art. 121º, do CPA, constitui manifestação da injunção constitucional de “participação dos cidadãos na formação das decisões ou deliberações que lhes disserem respeito” constante do art. 267º, n.º 5, da Constituição da República Portuguesa.

Como tal, ao exercício do direito de audição prévia tem de ser conferida natureza substancial e não de mera actividade formal, o que implica que os argumentos aduzidos pelo interessado no exercício daquele direito têm de ser devidamente ponderados pela Administração, antes da prolação da decisão no procedimento sob pena de aquele direito se esvaziar de conteúdo.

10 – Daí que, no relatório a que alude o art. 126º, do CPA, o responsável pela condução do procedimento deva apreciar criticamente os contributos e observações trazidos pelo interessado, nomeadamente em sede de audiência prévia, justificando as razões pelas quais não as considera atendíveis, quando contrárias ao sentido da decisão, ou até irrelevantes.

Citando António Francisco de Sousa, no seu “Código de Procedimento Administrativo Anotado e Comentado”, 2ª ed., 2010, Editora Quid Juris, em anotação ao art. 100º, do antigo CPA, equivalente ao art. 121º, do actual CPA, “no caso de audiência prévia, a fundamentação da decisão da Administração tem a exigência suplementar de a obrigar a expor as razões por que não atende às alegações do interessado em sede de audiência prévia, para além do seu dever de fundamentar o acto expondo as razões de facto e de direito que justificam a decisão. A audiência dos interessados apresenta-se como uma forma de participação procedimental, com o objectivo fundamental de dessa forma se assegurar decisões mais justas para os interessados e mais respeitadoras da lei e do interesse público. Para provar que teve conhecimento e que ponderou as alegações feitas ex novo pelo interessado na sua audição, a Administração deve referir-se expressamente a cada uma delas e tomar posição sobre elas, ainda que de forma sucinta, mas suficientemente clara e precisa, de forma a deixar o interessado suficientemente esclarecido”.

No mesmo sentido, o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de Junho de 2010, proferido no Proc. n.º0330/10, disponível em [www.dgsi.pt/jsta](http://www.dgsi.pt/jsta), decidiu que “configura um deficit de instrução (vício do procedimento) que redunde em erro invalidante da decisão, não só a omissão ou preterição de diligências legais, mas também a circunstância de não serem devidamente ponderados os factos invocados e os meios de prova apresentados pelo interessado, no exercício do direito de audiência”.

11 – Ora, em apreciação à minuciosa pronúncia do ILV, ora Recorrente, em sede de audiência prévia, sobre todos e cada um dos factos enunciados no Relatório Preliminar, suscitando e contrapondo-lhes novos factos e elementos, o Relatório Final da Comissão de Avaliação Externa da A3ES, elaborado no presente procedimento, em que se louva a Decisão recorrida, e que corresponde ao relatório a que se refere o art. 126º, do CPA, diz, no seu ponto C.5. que “depois de ler a pronúncia apresentada pela Instituição em 7 de Novembro de 2018, a Comissão de Avaliação Externa decidiu reproduzir a sua anterior recomendação, uma vez que não foram apresentados ou esclarecidos factos que pudessem levar a uma mudança da sua opinião”.

E mais adiante no mesmo ponto, reproduzindo o teor do seu anterior Relatório Final, anulado pela decisão de 12 de Setembro de 2018, do Conselho de Revisão da A3ES, diz a CAE (sublinhados nossos):

- “No respeito pela liberdade de pensamento e expressão que aos autores da Pronúncia assiste e dada a nulidade do seu contributo para o fim em causa, alguns dos comentários/incorrecções dela constantes não serão objecto de qualquer resposta”;
- “A3.2; A5.2.2; A5.3.2; A5.4.2; A6.2; A7.3.2; A8.2; A9.2.2; A11.2; A14.2. A maioria da informação apresentada já foi disponibilizada no Rel. Autoavaliação e é, em muitos casos, irrelevante para o assunto em apreciação”.

12 – Ou seja, numa inaceitável manifestação de arrogância intelectual e de prepotente sobrançeria “administrativa”, a CAE, com o beneplácito do Conselho de Administração da A3ES, que tais afirmações sufraga, por um lado, afasta liminarmente, sem sequer os identificar, alguns dos argumentos e dos factos trazidos pelo ILV em sede de audiência prévia, proclamando dogmaticamente a nulidade do seu contributo para a discussão e, por outro, apoda de irrelevante alguma (mais uma vez sem a identificar) da muita informação contida nos pontos A3.2, A5.2.2, A5.3.2, A5.4.2, A6.2, A7.3.2, A8.2, A9.2.2, A11.2 e A14.2, sem minimamente justificar o juízo que formula quanto a tal (im)pertinência.

Postura que se afasta das melhores tradições de debate e respeito democrático em meio académico ao menos no Mundo ocidental e, em Portugal, depois do 25 de Abril, num texto que bem poderia ter sido escrito a lápis azul ...

13 – Certo é que o faz sem analisar e muito menos expor as razões porque considera improcedentes os argumentos trazidos pelo ILV naquelas suas pronúncias ou incorrecções ou irrelevantes os novos factos nelas carreados, com o que se furta à obrigação de suficientemente fundamentar a decisão de Não Acreditação que, também aqueles pressupostos, adopta.

14 – A insuficiência da fundamentação, na medida em que in casu não esclarece suficientemente a motivação da decisão adoptada, nomeadamente quanto à desconsideração da parte substancial dos argumentos e factos trazidos à colação pelo ILV em sede de audiência prévia, equivale à falta de fundamentação, por força do disposto no n.º 2 do art. 153º, do CPA, o que acarreta a invalidade da deliberação impugnada e deve determinar a sua anulação, nos termos do n.º 2 do art. 32º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, e dos n.ºs 1 e 4 do art. 163º, do CPA, aplicável ex vi do art. 9º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

#### Vícios de violação de lei

15 – Dispõe o n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março: “A acreditação de um ciclo de estudos consiste na verificação do preenchimento dos requisitos legais exigidos para a sua criação e funcionamento” (sublinhado nosso).

Aplicando analogicamente, à falta de disposição própria, esta norma à acreditação institucional dos estabelecimentos de ensino superior, fácil é concluir que o processo de acreditação não assenta numa análise discricionária de determinados parâmetros entendidos como relevantes, mas sim numa avaliação juridicamente vinculada da existência ou não de determinados requisitos previstos na lei.

16 – Confronte-se, então, por referência a cada um dos 9 (nove) motivos ou fundamentos de facto sintetizados no n.º 6 da Deliberação em crise, a conformidade legal e, simultaneamente, o mérito, dos pressupostos em que assenta a decisão de Não Acreditação da ESTAL, para, adiante-se, desde já, concluir pela ilegalidade e falta de valimento de todos e cada um deles.

17 – Os requisitos legais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior politécnico autorizados a ministrar pelo menos um ciclo de estudos de licenciatura a que alude o n.º 2 do art. 45º, do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (adiante apenas o “RJIES”), são os que genericamente resultam da concatenação dos arts. 40º e 44º, aplicáveis ex vi do n.º 3 do art. 45º, todos do RJIES.

18 – Por outro lado, estipula o n.º 1 do art. 6º, da Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto, que a “acreditação visa a garantia de cumprimento dos requisitos mínimos que conduzem ao reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus ciclos de estudos” (sublinhado nosso), ou seja, exclusivamente para efeitos de acreditação dos estabelecimentos, o que está em causa não é a consecução de níveis de excelência ou sequer de mediania, tal como possam ser entendidos pela entidade avaliadora, mas tão-só os mínimos que permitiriam o seu reconhecimento oficial; o que vale por dizer que, tendo determinado estabelecimento alcançado tal reconhecimento e mantido os requisitos que à data dispunha, será inquestionável que, salvo alteração legislativa que tais requisitos tenha alterado, continuará a preencher os mínimos para ser acreditado.

19 – À luz destes pressupostos que, s.m.o., resultam directa, quando não expressamente, da lei, analisem-se, então, cada um dos fundamentos de facto em que assenta a Deliberação em crise.

20 – A primeira razão invocada para a decisão de Não Acreditar é a alegada “inexistência de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada” em que “cerca de 85% (22/26) têm contrato de «prestação de serviços», com duração de 1 semestre, o que põe totalmente em causa a estabilidade necessária à qualidade e autonomia científica e pedagógica e viola os artigos

40.º alínea d) e 50.º do RJIES”. Esta questão surge tratada nos pontos A6 e A14, do Relatório da CAE, nos quais se faz sobressair, como alicerce da conclusão que depois se extrai, que, por um lado, número muito significativo de docentes da ESTAL estão em regime de prestação de serviços e, por outro, como indício da volatilidade que afirma, a circunstância de só no início do ano de 2017/18, terem entrado 10 novos professores num quadro total de 26.

21 – Vejamos, então, quais são os requisitos legais exigidos, no que concerne ao corpo docente, para o funcionamento de um estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado, como é a ESTAL, lembrando uma vez mais que é só o cumprimento desses requisitos que deve ser verificado no processo de acreditação.

Conforme resulta da alínea d) do art. 40º, aplicável por força da remissão do proémio do art. 44º, e da alínea c) deste último artigo, aplicável ex vi do n.º 3 do art. 45º, todos do RJIES, o corpo docente dos estabelecimentos como a ESTAL deve observar os requisitos expressos naquelas disposições legais, e ainda nos arts. 47º e segs., do mesmo diploma, ou seja, no que à questão suscitada na Deliberação em crise interessa

22 – “Dispor de um corpo docente próprio, adequado em número e em qualificação à natureza do estabelecimento e aos graus que está habilitado a conferir”<sup>1</sup>, devendo considerar-se como próprio, atento o disposto na alínea a) do n.º 6 do art. 6º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março<sup>2</sup>, o corpo docente que, em relação à sua totalidade, seja constituído por um mínimo de 60% de docentes em regime de tempo integral,

23 – Decorrendo os demais requisitos do corpo docente do disposto no n.º 1 do art. 49º, do RJIES, da alínea a) do n.º 5 e das alíneas b) e c) do n.º 6 do art. 6º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, os quais formulam exigências que nada podem ter a ver com o regime de contratação dos docentes que a Deliberação recorrida suscita, pelo que deles aqui não se cuidarão.

24 – Certo é que, de todos os requisitos postulados para a caracterização do corpo docente nos estabelecimentos de ensino superior politécnico, nenhum faz apelo ao regime de contratação dos docentes, não sendo juridicamente relevante, para esse efeito, ao menos enquanto requisito mínimo para o reconhecimento de um estabelecimento daquela natureza, que os docentes sejam contratados em regime de contrato de trabalho, com ou sem termo, ou de prestação de serviços, isto porque, em parte alguma, a lei impõe ou afasta qualquer daqueles regimes de contratação.

25 – É certo que o art. 50º, do RJIES, prescreve que as instituições de ensino superior, sem distinguir entre elas, devem dispor de um quadro de professores e investigadores beneficiários de um estatuto reforçado de estabilidade no emprego; mas circunscreve essa exigência aos termos estabelecidos nos estatutos das carreiras docentes.

Ora, no que concerne ao ensino superior politécnico, resulta dos arts. 9º-A, 10º e 10º-A, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, na versão actualmente em vigor, que tal garantia de estabilidade apenas é exigida para professores coordenadores principais e professores coordenadores e não para as demais categorias da carreira docente, pelo que, ao referir-se ao quadro de “professores”, utiliza o art. 50º, do RJIES, esta expressão em sentido estrito e não como sinónimo de “docentes”.

26 – Logo, não estabelecendo a lei qualquer condição, positiva ou negativa, em torno do regime de contratação dos docentes nem proscrevendo a existência de docentes universitários em regime de prestação de serviços, excepto no que se refere aos com o grau académico de professor, nem lhes fixando qualquer limite, ao menos como condição ou requisito de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, não é legítimo à CAE ou ao Conselho de Administração da A3ES, estabelecer uma condição que a lei não admite, distinguindo onde o legislador não distinguiu.

27 – Por outro lado, e como supra já se referiu (cfr. n.º 18 da presente minuta), em relação aos estabelecimentos de ensino superior em funcionamento, a acreditação, enquanto garantia da manutenção de requisitos mínimos de funcionamento, visa a verificação da subsistência do status quo ante que permitiu o licenciamento de tais estabelecimentos, isto não havendo, como não houve, alteração do quadro legislativo que imponha diferentes exigências para o funcionamento dos mesmos estabelecimento.

No caso da ESTAL, e como o próprio Relatório da CAE admite, encontram-se em funcionamento, devidamente acreditados, dois ciclos de estudos de licenciatura, um em Design de Comunicação, e outro em Artes Performativas.

No que concerne ao primeiro, aquando da sua acreditação em 2013, dispunha de um quadro de 16 docentes, estando 15 com contrato de prestação de serviços e apenas um com contrato de trabalho; no que se refere ao segundo (Artes Performativas), por ocasião da sua acreditação, em 2015, dispunha de 12 docentes em contrato de prestação de serviços e de nenhum com contrato de trabalho; ou seja, num total de 28 docentes, apenas um tinha contrato de trabalho, o que, como já se referiu não impediu a acreditação daqueles dois ciclos de estudos.

28 – O que não se entende é a razão pela qual, três anos volvidos, apesar do número de docentes com contrato de trabalho ter subido para 4 num universo que ainda por cima se reduziu, o que antes não era impedimento à acreditação das partes (ciclos de estudos) agora é obstáculo ao funcionamento do todo (instituição de ensino superior), traduzindo uma abordagem que, apesar da estabilidade do enquadramento legal, não almeja a verificação da manutenção de requisitos mínimos de funcionamento mas a introdução de novas exigências que a lei não postula.

29 – Por fim, valoriza negativamente o Relatório da CAE, a circunstância de num único momento, no início do ano lectivo de 2017-18, terem entrado 10 novos docentes, em substituição de número aproximadamente equivalente que saiu, com o que de algum modo confunde aquele Relatório “quadro permanente de professores”<sup>3</sup> com “quadro de professores permanentes”.

Porém, conforme se explicou na pronúncia (de 30 de Maio de 2018) do ILV sobre o Relatório Preliminar da CAE<sup>4</sup>, tal facto ficou-se a dever, em parte significativa, a uma circunstância única, sem precedentes na ESTAL e não recorrente, de afastamento voluntário de um docente, decerto influente junto dos seus pares, o qual nesse seu movimento de secessão congregou a solidariedade de seis dos seus colegas, que decidiram igualmente afastar-se, apesar de quatro deles terem sido convidados, pela Direcção da ESTAL, a permanecer.

Ora, não vigorando nem em Portugal nem na ESTAL qualquer regra de enfeudamento dos docentes ao estabelecimento em que leccionam nem estando os mesmos submetidos a regime de escravatura, não se vê como poderia ter sido impedida a saída voluntária desses docentes ou evitada a sua substituição.

<sup>1</sup> Art. 40º, alínea d), do RJIES

<sup>2</sup> Na versão aplicável, uma vez que a actual, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de Agosto, não entrará em vigor antes de 31 de Dezembro de 2022.

<sup>3</sup> Aqui no sentido lato de docentes.

<sup>4</sup> Resposta aos pontos A6.2 e 14.2 do Relatório Preliminar, que se dão por reproduzidas, respostas essas que integram as que no seu Relatório Final a CAE, sem minimamente fundamentar, qualificou de “irrelevantes para o assunto em apreciação”.

30 – Certo é, ao invés, que tais fenómenos disruptivos não têm nem tiveram paralelo na ESTAL, como a CAE e o Conselho de Administração da A3ES teriam atentado se não tivessem descartado, por irrelevante, a pronúncia do ILV sobre o Relatório Preliminar, que neste ponto, se reproduz:

“Assim, no que concerne à licenciatura em Design de Comunicação:

- a) Este ciclo de estudos, no ano de 2013-2014, tinha 15 docentes, dos quais 9 docentes se mantêm no presente ano lectivo, o que corresponde a 60% dos docentes;
- b) Destes 9 professores, dois docentes, o Professor Dr. Filipe Figueiredo e a Dra. Maria João Cruz, leccionam neste ciclo de estudos há 16 e 17 anos respectivamente; outros dois docentes, o Professor Dr. Leonardo Springer e o Mestre Joaquim Castelo, leccionam há 13 e 12 anos; a coordenadora deste ciclo de estudos a Dra. Fabiana Costa, leciona no mesmo há 9 anos; o Dr. João Santareno leciona há 8 anos, a Dra. Nélia Cruz, o Mestre Nelson Tondela, e o Dr. Rui Santos leccionam há 7 anos, perfazendo os 9 professores;
- c) O professor Dr. Jorge dos Reis leciona este ciclo de estudos há 6 anos e a professora Dra. Joana Casteleiro e a Mestre Rita Martelo leccionam nele há 4 anos;
- d) Pelo que, em conclusão, 11 docentes dos 15 totais (ou seja 73%) leccionam nele há mais de 3 anos consecutivos.

No que tange à licenciatura em Artes Performativas:

- a) Este ciclo de estudos, no ano de 2017-2018, tem 14 docentes;
- b) Destes, 2 docentes, o Professor Dr. Filipe Figueiredo e o especialista João Miguel Borges leccionam neste ciclo de estudos há 10 anos, e 3 docentes, a Professora Dra. Ana Mira, a Professora Dra. Paula Magalhães e o especialista Vítor Rua leccionam nele há 9 anos, o que significa que 36% do corpo docente atual deste ciclo de estudos lecciona há mais de 8 anos;
- c) A especialista Nélia Resende lecciona nesta licenciatura desde o ano de 2013-2014;
- d) O professor Doutor Luís Lima e o especialista e mestre David Silva, coordenador desta licenciatura, leccionam na mesma há dois anos lectivos;
- e) No corrente ano lectivo foram contratados seis novos docentes para completar o quadro docente na sequência da saída simultânea do anterior coordenador da licenciatura, Mestre Júlio Martin da Fonseca e de um conjunto de docentes que o acompanharam. Logo, e em conclusão, dos 26 professores que constituem hoje o corpo docente da ESTAL nestas duas licenciaturas, 16 leccionam nas mesmas há mais de 3 anos, o que corresponde a 62% do total.”

31 – Logo, como se depreende, não obstante o regime de contratação em prestação de serviços, formalmente por períodos de seis meses, em que número significativo dos docentes supra identificados se encontram, o que se constata é uma assinalável perenidade na sua relação com a ESTAL, a qual se tem vindo a manter e perpetuar ao longo dos anos, denotando a efectiva (e não apenas formal) estabilidade do corpo docente deste estabelecimento.

32 – Em conclusão, não estabelecendo a lei como requisito de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior a contratação dos docentes em regime de contrato individual de trabalho nem que determinada percentagem do corpo docente seja assegurada por lentes nesse regime, e não se tendo verificado, nesse aspecto, qualquer alteração significativa da composição do corpo docente da ESTAL, cujos ciclos de estudo, não obstante, se encontram devidamente acreditados pela A3ES, não pode a Deliberação impetrada, também com base na invocação da aludida circunstância, determinar a Não Acreditação da ESTAL, por falta de base legal para tanto.

Pelo que, por ilegal, deve tal Deliberação, ao menos nesta parte, ser revogada pelo Conselho de Revisão.

33 – A segunda razão invocada para a decisão de Não Acreditar é “Autonomia científica e pedagógica, bem como definição de políticas estratégicas de médio e longo prazo comprometidas por, designadamente: demasiada concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas em incumprimento do previsto nos artigos 30.º, 30.º nº 2 e 40.º alínea e) do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro; fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da instituição; incumprimento legal e estatutário na constituição do Conselho Pedagógico, nomeadamente do previsto no artigo 104.º nº 1 do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro”, questão que é mencionada nos pontos A4.1.2, A4.2.2 e A4.3.2 do Relatório da CAE em que se louva a Deliberação recorrida.

Incidindo o presente recurso apenas sobre os fundamentos que a Deliberação recorrida decidiu identificar pois que as demais, implícitas na utilização do vocábulo “designadamente”, são de impossível discernimento.

34 – No que concerne à alegada excessiva concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas são indicados três exemplos:

- a) A presidente do Conselho Directivo é coordenadora da licenciatura em Design de Comunicação e coordenadora do GEPACA;
  - b) Um anterior membro do Conselho Directivo era então coordenador da licenciatura em Artes Performativas;
  - c) O actual coordenador da licenciatura em Artes Performativas é presidente do Conselho Pedagógico.
- Conforme foi esclarecido pelo ILV na sua pronúncia e é admitido no Relatório Final da CAE, em sede de apreciação daquela pronúncia, não corresponde à verdade que a Presidente do Conselho Directivo seja ou alguma vez tenha sido coordenadora do GEPACA; os coordenadores de licenciatura encontram-se estatutariamente incluídos na área de recrutamento para o Conselho Directivo<sup>5</sup> pelo que a possibilidade de acumulação emana dos Estatutos da ESTAL, validados pela tutela, com os quais a Deliberação impugnada pode não concordar mas com que não pode deixar de se conformar e muito menos fazer neles assentar motivo de Não Acreditação; como foi esclarecido pelo ILV, também na sua pronúncia, no mandato anterior não se verificava qualquer acumulação entre a coordenação das licenciaturas e a presidência do Conselho Pedagógico, sendo episódica e conjuntural a situação que agora se verifica.

35 – Consequentemente, há apenas duas situações de acumulação de cargos, uma das quais recente, o que, no universo dos 26 docentes existentes na ESTAL e dos cargos que aqui podem ser desempenhados dificilmente pode ser considerado relevante.

Tanto mais que, no contexto da garantia da autonomia científica e pedagógica da ESTAL, o que poderia ser relevante, face ao disposto no nº 3 do art. 11º, do RJIES, seria a eventual acumulação de cargos entre os órgãos da entidade instituidora e os da ESTAL, pois é no confronto entre ambas que a questão da autonomia se joga; não sendo esse o caso, mesmo na avaliação da A3ES, falha o cabimento da alegação.

36 – Quanto à invocada fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da ESTAL é a alegação ilustrada, no Relatório da CAE, com a pretensa excessiva concentração de poder de chefia/coordenação de órgãos nas mesmas pessoas, que impediria que outras se vissem envolvidas, fálacia já denunciada e exposta no ponto anterior desta minuta; e ainda com o alegado fraco envolvimento de docentes e estudantes no procedimento de acreditação institucional da ESTAL, o qual deve ser assegurado através do envolvimento no processo de auto-avaliação do Conselho Pedagógico<sup>6</sup> que a ESTAL, no Relatório de

<sup>5</sup> Art. 24º, alínea b), dos Estatutos da ESTAL, aprovados pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e publicados no D.R., 2ª série, n.º 160, de 22 de Agosto de 2011.

<sup>6</sup> Artigo 12º, alínea a), da Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto.

Auto-Avaliação afirma ter existido através da aprovação deste, e que o Relatório da CAE nega, sem apresentar quaisquer evidências, sendo certo que aquele Relatório não tem valor de auto de notícia nem constitui princípio de prova.

De qualquer modo, no contexto em que é colocado de garantia da autonomia pedagógica e científica da ESTAL, a qual se joga na dicotomia entidade instituidora / estabelecimento de ensino superior e não na diluição do poder neste último, não se entende o relevo da questão e muito menos como elemento fundador duma decisão de Não Acreditação; nem se alcança o enquadramento da questão nas disposições dos arts. 30º, 30º, n.º 2 e 40º, alínea e), do RJIES.

37 – Por fim, no que tange ao alegado incumprimento legal e estatutário na constituição do Conselho Pedagógico, invoca o Relatório da CAE diversas circunstâncias distintas:

- A reduzida composição do Conselho Pedagógico, face ao disposto nos Estatutos da ESTAL, que lhe levanta dúvidas quanto à possibilidade deste órgão assegurar as suas atribuições legais e estatutárias;
- A curta duração do mandato dos órgãos estatutários e a excessiva rotação que daí decorre, impeditiva da especialização na função e da definição de estratégias de médio e longo prazo;
- A não observância da composição estatutária do Conselho Pedagógico, funcionando este, na prática, com um número de membros superior ao permitido pelos Estatutos da ESTAL;
- O incumprimento da regra da paridade entre docentes e estudantes no Conselho Pedagógico, detectada através da acta da reunião deste órgão de 29/11/2017.

38 – É manifesta a inadmissibilidade de algumas das questões suscitadas, a incoerência doutras e a pouca importância das que, com razão formal, se assinalam. Assim,

- No que concerne à composição estatutária do Conselho Pedagógico e à duração do mandato dos órgãos da ESTAL, que todos à CAE se afiguram reduzidos, basta apenas recordar que aqueles Estatutos se encontram aprovados pela tutela, publicados e em vigor, pelo que a discordância da A3ES, necessariamente de jure condendo, nunca poderá suportar uma decisão de Não Acreditação.
- Acresce que, parecendo à A3ES reduzida a composição do Conselho Pedagógico, mal se percebe como pode, em coerência, verberar a circunstância de, na prática, a ESTAL ter optado por uma composição alargada, ainda que estatutariamente desconforme; mas ainda que tenha razão, menos se percebe como se pode, por tão pouco (pois não é certamente esta composição alargada que põe em causa a autonomia da ESTAL ou o desempenho das atribuições do órgão) contribuir com este argumento para uma decisão de Não Acreditação, que liquida a instituição.
- Por outro lado, não se entende como se pode, em coerência, criticar o alegado pouco envolvimento dos docentes e estudantes nos órgãos da escola e depois questionar a curta duração dos mandatos dos titulares dos mesmos órgãos e a excessiva rotação dos mesmos, quando esta, manifestamente, pode propiciar o envolvimento de um maior número de membros da comunidade académica no governo desta.
- Por fim, e no que à questão da paridade concerne, realça-se que a asserção postulada pelo Relatório da CAE se baseia na acta duma única reunião de um único órgão, num estabelecimento de ensino superior que tem perto de 28 anos de existência e dezenas, se não centenas, de reuniões realizadas pelo mesmo órgão, pelo que é manifesta a pouca expressão da amostra e nulo o seu alcance probatório.

39 – Assim, face ao que antecede, forçoso será concluir que os factos e/ou circunstâncias invocados no Relatório da CAE ou não se verificam ou não põem em causa a autonomia científica e pedagógica da ESTAL, tal como esta é legalmente definida no art. 11º, n.º 3, do RJIES, isto é, vis a vis a entidade instituidora, pelo que não afectam qualquer requisito legal do funcionamento da ESTAL e não podem, consequentemente, fundamentar decisão da Não Acreditação deste estabelecimento, sob pena de violação do disposto no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, devendo, também neste ponto, ser a Deliberação recorrida, por ilegal, revogada pelo Conselho de Revisão.

40 – A terceira razão suscitada para fundamentar a decisão de Não Acreditar é a “Inexistência, com a consequente falta de sistematização / acompanhamento / medição de acções consistentes de garantia da qualidade; o Sistema Interno de Garantia da Qualidade não está implementado, tendo o Manual da Qualidade sido aprovado em Setembro de 2017”, questão que é mencionada nos pontos A4.4 e B8.2 do Relatório da CAE.

41 – Ora, conforme consta do Relatório de Auto-Avaliação da ESTAL (ponto C.11.2) e o Relatório da CAE não questiona, a ESTAL dispõe de um Manual de Qualidade e organicamente de um Conselho para a Avaliação e Qualidade, estatutariamente previsto e com os seus titulares designados<sup>7</sup>, o qual dispõe de um quadro de competências adequado ao desempenho da sua missão.

O que se questiona, se bem se entende o Relatório da CAE, não é a adequação do modelo mas a sua efectiva operacionalidade e actuação, admitindo o ILV que este será um dos aspectos do funcionamento da ESTAL onde existe franco campo para melhorar.

A justificação para uma menor prioridade que poderá ter sido dada a este domínio reside na própria especificidade e dimensão da comunidade educativa que é a ESTAL, na qual, a permanente interacção entre alunos, docentes e órgãos pedagógicos e de gestão, resultante do espaço único em que todos se movimentam e da natureza das licenciaturas ministradas que propiciam um ensino presencial, favorece a constante troca de ideias e imediata atenção às questões suscitadas, que de alguma forma torna menos premente a existência de canais formais de avaliação de qualidade e seu registo.

42 – De qualquer modo, o que não se justifica é que com base numa menor operacionalidade de um sistema que efectivamente se encontra arquitectado, se proponha a Não Acreditação de um estabelecimento de ensino superior, quer porque tal carece de base legal quer porque sempre seria situação susceptível de recomendação de melhoria ou de Acreditação condicional.

43 – Do ponto de vista legal, a existência de um sistema de garantia de qualidade não faz parte do elenco de requisitos mínimos de funcionamento dum estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado desenhado nos arts. 40º e 44º, do RJIES, pelo que a sua inexistência, mesmo que fosse esse o caso (e não é), não poderia fundamentar uma decisão de Não Acreditação de estabelecimento de ensino daquela natureza, atento o disposto no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Por maioria de razão, verificando-se que o sistema de garantia de qualidade existe e está formalmente implementado, ainda que apenas recentemente (no que se refere ao Manual da Qualidade), mas é pouco operativo, menos ainda pode tal deficiência funcional, por absoluta ausência de previsão legal, ser erigida em requisito mínimo de funcionamento do estabelecimento e sustentar uma decisão radical de Não Acreditação, com todas as consequências que esta implica.

44 – De qualquer modo, sendo patente, mesmo à face do Relatório da CAE, que a ESTAL dispõe dos instrumentos necessários à implementação de um sistema de garantia de qualidade adequado, revelando-se as deficiências apenas ao nível da sua operacionalização, julga-se que nunca seria caso, atento o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 do art. 7º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de

---

<sup>7</sup> Mestre Adriano Siqueira Rockland, que preside (ausente durante a visita da CAE por se encontrar então hospitalizado, facto que o Relatório se “esqueceu” de mencionar), licenciada Catarina Tunes Bonixe e Mestre Ana Cristina Rainha.



5 de Novembro, para a prolação duma decisão desfavorável à acreditação, mas antes de uma decisão favorável, condicionada à tomada pela ESTAL das medidas efectivas no âmbito do sistema de garantia de qualidade que a A3ES julgasse pertinentes, no prazo que esta fixasse.

45 – Pelo que, por ilegal, na medida em que a deficiência detectada não se inclui no elenco dos requisitos mínimos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior que podem obstar à sua acreditação, deve a Deliberação recorrida ser, também neste ponto revogada.

46 – O quarto motivo invocado para fundamentar a decisão de Não Acreditar é a “Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes”, questões que, com excepção da referente à constituição do corpo docente, já abordada nesta minuta, são mencionadas nos pontos A3.2, A5.1.2, A5.3.2, A7.1.2, A8.2 e A9.2 do Relatório da CAE para que remete a Deliberação em crise.

47 – No que concerne à questão da política de investigação, única, de entre as aqui elencadas, que constitui requisito legal de criação e funcionamento de um estabelecimento de ensino superior politécnico, deve-se salientar que, atenta esta sua natureza, a ESTAL apenas está obrigada a desenvolver actividades de investigação orientada e não de investigação pura, conforme resulta da alínea e) do art. 44º, do RJIES, aplicável ex vi do n.º 3 do art. 45º, do mesmo diploma.

No que a estas tange, o próprio Relatório da CAE admite, no seu ponto A5.3.1, que a ESTAL dispõe, em parte, de medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos, medidas essas que são enumeradas e reproduzidas no ponto A5.3.2 do mesmo Relatório, ficando por perceber, na medida em que este não o esclarece, que outras medidas seriam exigíveis para que a avaliação fosse mais assertivamente positiva.

48 – As outras acções no domínio da investigação orientada que a ESTAL se propôs, conforme referido no seu Relatório de Auto-Avaliação e na pronúncia sobre o Relatório Preliminar da CAE, estavam centradas na criação, em cooperação com a Universidade Autónoma de Lisboa, de uma Unidade de Investigação, a partir da qual seriam geradas actividades específicas de que foi exemplo uma primeira proposta de criação de um mestrado em Ilustração Tridimensional.

Já anteriormente, a ESTAL havia submetido a acreditação um mestrado em Design Editorial, apto ao desenvolvimento de actividades de investigação orientada.

Porém, ambas as propostas mereceram decisão desfavorável da A3ES, que lhes recusou a acreditação, entre outras razões por não existir ainda a Unidade de Investigação que lhes deveria dar corpo; mas uma vez que não faz sentido existir aquela Unidade sem os mestrados em que poderia plasmar a sua acção, gera-se um sem-fim que, sem culpa da instituição de ensino, bloqueia o desenvolvimento das actividades de investigação propostas.

49 – Já na área da licenciatura em Artes Performativas, a investigação orientada, sem prejuízo da que poderia ser desenvolvida na Unidade de Investigação cuja criação se encontra proposta, centra-se principalmente na actividade do Gabinete de Estudos de Cultura, Artes Performativas e Audiovisuais (GEPACA), cujos produtos o Relatório da CAE não conseguiu perceber, talvez por ter preferido centrar-se na circunstância do seu fundador, Júlio Martin Fonseca, ter deixado de pertencer aos quadros da ESTAL no início do ano lectivo de 2017-18, informação cuja relevância nos falha, uma vez que a continuidade do GEPACA não dependia nem depende daquele.

Estivesse a CAE mais atenta e teria percebido a existência de um primeiro ciclo de estudos dedicado exclusivamente à criação audiovisual para televisão, organizado pelo GEPACA no âmbito da sua linha de investigação denominada Comunicação, Cultura e Estética das Artes Audiovisuais, produto aquele cuja evidência pode ser encontrada em <http://estudostelevisivos.blogspot.com/p/entretenimento.html>.

50 – Facto é que são patentes os esforços da ESTAL, alcançados, ao menos parcialmente, no que se refere ao envolvimento dos estudantes, e menos bem sucedidos no que concerne à criação de mestrados, para desenvolver actividades adequadas de promoção de investigação orientada, a revelar a existência de uma política e uma orientação, que não se confunde com a possibilidade da sua implementação, na medida em que esta não depende apenas da instituição, estando sujeita a mecanismos de regulação.

51 – No que concerne à alegada falta de políticas de internacionalização, mobilidade de estudantes e docentes e cooperação com instituições congéneres estrangeiras, não se percebe a invocação de tal motivo para fundamentar uma decisão de Não Acreditação, desde logo porque a existência de tais políticas não constam do elenco de requisitos mínimos de funcionamento patente nos arts. 40º e 44º, do RJIES, o que sempre obviaria à sua invocação, atento o disposto no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Acresce, ainda, que o próprio Relatório da CAE, nos seus pontos A9.1 e A9.2 reconhece que a ESTAL dispõe, em parte, de uma política institucional para a sua internacionalização, que, aliás, descreve, concluindo, apenas, que a mesma não reveste suficiente solidez, conclusão que não fundamenta, de facto ou de direito, pelo que é impossível sindicá-la.

52 – Incompreensível é a afirmação, constante dos pontos A8.1 e A8.2 de que a ESTAL não dispõe de uma política de cooperação com outras instituições nacionais, por não existirem evidências das parcerias que o próprio Relatório enumera.

Ora, a este propósito limitamo-nos a remeter para a pronúncia da ESTAL sobre o ponto 8.2 do Relatório Preliminar da CAE, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a qual, à saciedade, evidencia a falta de razão que assiste à A3ES neste ponto, sendo só de estranhar que a CAE, no seu Relatório Final, conclua que tal informação é “irrelevante para o assunto em apreciação”.

Assim, ainda que esta questão constituísse requisito mínimo de funcionamento da ESTAL, à luz dos arts. 40º e 44º, do RJIES, ou de qualquer outra disposição legal, o que não sucede, nunca a mesma poderia ser impeditiva da acreditação institucional da ESTAL, por não corresponder à verdade.

53 – O que vale, também, em ambas as vertentes, para a alegada falta de política de recrutamento de novos estudantes.

No que concerne ao labor e às iniciativas da ESTAL para a captação de novos alunos, remetemos para a pronúncia desta sobre o ponto A5.1 do Relatório Preliminar da CAE, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, e na qual se descreve exaustivamente não só todas as acções desencadeadas, como os seus resultados, absolutos e relativos (por comparação com os de outras instituições congéneres).

No que se refere aos resultados cabe, ainda, contestar, com matemática veemência, a conclusão expressa no Relatório Final da CAE de que crescimentos de 15% no número total de alunos da ESTAL ou de 66% no número de alunos inscritos na licenciatura em Artes Performativas, entre 2014/15 e 2016/17, são “mínimos” e não reflectem os resultados da política de recrutamento da instituição.

54 – Em resumo, no que a esta quarta ordem de razões concerne, seja porque não correspondem à verdade, seja porque, em qualquer caso, com excepção da prossecução de actividades de investigação orientada, não constituem requisitos legais mínimos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior politécnico a verificar em sede da sua acreditação, seja porque, no que tange às actividades de investigação orientada, a situação constatada não traduz inércia ou ausência de esforço por parte da ESTAL mas

apenas parcial dificuldade em, até ao momento, compatibilizar as suas propostas com as exigências do regulador (A3ES), não existe base legal para uma decisão, com base nestes pontos, de Não Acreditação mas, quando muito, e no que se refere à questão da investigação orientada, de Acreditação condicional, pelo que deve, por ilegal, ser revogada, também nestes pontos, a Deliberação impugnada.

55 – Os quinto a sétimo motivos a que a Decisão impetrada faz apelo para fundamentar a sua conclusão merecem tratamento e impugnação conjuntos e, sendo apenas aflorados no parágrafo inicial do ponto C.1. do Relatório da CAE, traduzem-se no seguinte:

- “Relatório de auto-avaliação com inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola”
- “Análise muito simplista e incompleta das forças / fraquezas / oportunidades / ameaças da instituição”
- “Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que com indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas”.

56 – Ora, admitindo-se a legitimidade das opiniões assim expressas no Relatório da CAE (ainda que não concordando com elas) para efeitos de enquadramento de eventuais dificuldades que a CAE queira alegar ter encontrado na apreciação do Relatório de Auto-Avaliação da ESTAL ou com o propósito de, em relação a aspectos relevantes para efeitos de acreditação, sindicar a credibilidade do mesmo, já verdadeiramente não se alcança como se pode alcançar a fundamentação numa decisão de Não Acreditação as deficiências técnicas ou estéticas dum documento que é instrumental no procedimento.

57 – Com efeito, não constituindo a elaboração de relatórios de auto-avaliação, inconsistentes ou não, complexos ou simples, incompletos ou completos nas análises SWOT que efectuam, mais ou menos entusiastas ou realistas na visão prospectiva que adoptam, um requisito, mínimo ou sequer relativo, de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, não se vê como podem tais ordens de razões serem trazidas à colação com o objectivo de sustentar, mesmo circunstancialmente, uma decisão de Não Acreditação, por muito que se confunda o adjectivo com o substancial, o acessório com o essencial.

58 – Logo, inexistindo norma legal, sejam os já citados arts. 40º e 44º, do RJIES, seja qualquer outra, que arvore em requisito de funcionamento dum estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado o preenchimento (consistente? realista? ajustado?) do Relatório de Auto-Avaliação no âmbito de procedimento de acreditação, não pode a circunstância deste ser considerado inconsistente, optimista e/ou desajustado relevar para efeitos da decisão de acreditação institucional da entidade auto-avaliada, sob pena de violação do disposto no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, pelo que deve, também nestes pontos, por ilegal, ser a Deliberação recorrida revogada pelo Conselho de Revisão.

59 – A oitava razão suscitada para fundamentar a decisão de Não Acreditar é a alegada “Questionável adequação das instalações para a finalidade requerida (deficiente dimensão/limpeza/condições para práticas lectivas seguras em alguns espaços; exiguidade de recursos didáticos/bibliográficos; inexistência de condições para prover alimentação/aquecer alimentos) em incumprimento do previsto no artigo 40.º alínea b) RJIES aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro”, questão que é mencionada no ponto A10.1 do Relatório da CAE.

60 – Começando pela dimensão e condições do espaço para práticas lectivas e pela invocada inexistência de condições para prover alimentação e/ou aquecer alimentos, cumpre salientar que a competência para licenciar ou autorizar as instalações em que são ministrados ciclos de estudos conducentes à atribuição de graus académicos cabe, nos termos do n.º 1 do art. 41º, do RJIES, ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o qual, por despacho publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 161, de 22 de Agosto (Aviso n.º 9616/2017), isto é, há pouco mais de um ano, certificou e declarou a adequação das instalações da ESTAL para leccionação nelas dos seus ciclos de estudos.

Ora, considerando que a entidade competente (que não é a A3ES), no uso dos seus poderes legais, atestou o cumprimento pela ESTAL dos requisitos adequados (logo, dos mínimos também) das suas instalações, não se compreende como, ciente desse facto, se arroga a CAE competência para questionar tal autorização, pondo em causa aspectos arquitectónicos abrangidos pelo referido licenciamento, como a dimensão das salas ou a inexistência de bar/refeitório.

61 – Acresce, quanto a este último aspecto, que a ESTAL, na sua pronúncia sobre o ponto A10.2 do Relatório Preliminar da ESTAL, teve oportunidade de esclarecer que a necessidade de bar/refeitório foi expressamente afastada pela Direcção-Geral do Ensino Superior considerando a oferta de restauração e distribuição alimentar existente nas imediações da Escola; bem como esclareceu igualmente que esta dispõe de dois micro-ondas em funcionamento para utilização pelos alunos.

Pronúncia que, porém, a CAE preferiu ignorar no seu Relatório Final, optando, à falta de constatação directa que não efectuou na visita realizada, por reafirmar as informações que terá recebido dos alunos com quem falou.

62 – Certo é que, estando legal e documentalmentemente certificada, por autoridade pública, a conformidade e adequação das instalações da ESTAL, não pode a mesma ser posta em causa por entidade privada como é a A3ES, em matéria excluída da sua competência, nem com base em tal asserção empírica assentar a Deliberação impugnada a sua decisão de Não Acreditação.

63 – Quanto à alegada falta de recursos (equipamentos electrónicos, bibliográficos) e à falta de Internet na sala de Projecto, que manifestamente a CAE não constatou directamente, pois se o tivesse feito seria capaz de melhor a caracterizar e quantificar, diga-se que a ESTAL dispõe da bibliografia adequada e suficiente nestes tempos de acesso universal à informação, e, para que esta última seja possível, de 33 (trinta e três) computadores nas suas instalações, acesso Wi-Fi em todo o edifício, além de conexão física por cabo em quase todas as salas (incluindo na sala de Projecto), assim fenecendo qualquer dúvida quanto à suficiência dos recursos, como poderia a CAE ter constatado em visita menos superficial do que aquela que realizou.

64 – Por fim, a limpeza deficiente que conjunturalmente se poderá ter verificado e a deterioração do piso dos estúdios de dança, decorrente do uso desadequado de calçado que os alunos por vezes fazem, só por manifesto exagero poderiam ser considerados motivos suficientes para uma decisão de Não Acreditação ou até de Acreditação condicional, constituindo meros pormenores como tantos outros que são objecto da gestão quotidiana de qualquer estabelecimento de ensino.

65 – Pelo que, por ilegal, também nestes pontos, na parte em que se intromete em matéria da competência de autoridade pública ou faz apelo a questões não essenciais para a autorização de funcionamento do estabelecimento para sustentar a decisão de Não Acreditação que profere, deve a Deliberação impetrada ser revogada pelo Conselho de Revisão.

66 – Por fim, no que tange à nona e última razão invocada para fundamentar a decisão de Não Acreditar, a saber a “Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada a 1ºs ciclos de estudos”, questão que é mencionada no ponto A13 do Relatório da CAE, de forma acrítica e mencionando o cumprimento da ESTAL, não se percebe como pode esta questão ser invocada para sustentar a decisão de Não Acreditação.

Com efeito, como resulta do n.º 2 do art. 45º, do RJIES, os estabelecimentos de ensino superior politécnico não integrados podem ser autorizados a funcionar desde que disponham de pelo menos um ciclo de estudos de licenciatura, pelo que, ao dispor de

dois ciclos de estudos devidamente acreditados, dobra a ESTAL aquele requisito, só por manifesto lapso se podendo entender que a Deliberação impetrada invoque tal circunstância para sustentar a sua decisão negativa.

67 – A não ser assim, e porque tal Deliberação violará frontalmente o disposto no n.º 2 do art. 45º, do RJIES, e no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, deverá tal a mesma, por ilegal, ser também neste ponto revogada pelo Conselho de Revisão.

68 – Em conclusão, no que à (i)legalidade da Deliberação recorrida concerne, deve a mesma, por vício de falta de fundamentação de Direito, que omite em relação a cinco dos nove motivos invocados para sustentar a decisão de Não Acreditação, afectando os direitos de defesa da entidade instituidora ILV, ser anulada, nos termos das disposições conjugadas do art. 153º, n.º 1, do CPA, do n.º 2 do art. 32º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, e dos n.ºs 1 e 4 do art. 163º, do CPA, aplicável ex vi do art. 9º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro; sanção que deverá resultar também da fundamentação insuficiente da Decisão recorrida, equivalente à falta de fundamentação, resultante de no Relatório Final não terem sido ponderados parte significativa dos factos e argumentos trazidos ao procedimento pelo ILV em sede de audiência prévia, atento o disposto no n.º 2 do art. 32º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, e dos n.ºs 1 e 4 do art. 163º, do CPA, aplicável ex vi do art. 9º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

Caso assim se não entenda, o que se admite sem conceder, deve a mesma Deliberação ser revogada pelo Conselho de Revisão, por ilegal, seja porque, conforme supra circunstanciadamente indicado, se alicerça indevidamente em factos que excedem os requisitos mínimos exigíveis para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, a que se deve ater, atento o disposto no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, seja porque assenta em factos inverdadeiros, não comprovados e devidamente contraditados pela ESTAL na sua pronúncia, seja, ainda, porque quer nestes últimos casos quer nos restantes, as desconformidades detectadas são passíveis de suprimimento, não justificando decisão de Não Acreditação mas quando muito de Acreditação condicionada à sua sanção, em prazo e nos termos que for determinado pela A3ES.

Sem conceder e por mera cautela,

#### DA INCONVENIÊNCIA DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA

69 – Conforme resulta do art. 22º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, o recurso das deliberações do Conselho de Administração da A3ES pode ter por fundamento a sua ilegalidade ou manifesta inconveniência, não parecendo que da conjunção alternativa “ou” deva resultar a impossibilidade de, numa relação de subsidiariedade, invocar ambos os fundamentos, pelo que, para o caso de não merecerem acolhimento os argumentos expendidos acerca da ilegalidade da Deliberação impugnada, o que se admite sem conceder, se passa a alinhar os argumentos que, no entender da entidade instituidora da ESTAL e ora Recorrente, justificam a manifesta inconveniência da Deliberação impetrada.

70 – A ESTAL foi criada no início da década de 90 do século passado, como estabelecimento de ensino superior privado politécnico, reconhecido pela Portaria n.º 920/90, de 29 de Setembro, publicada no D.R., I Série, n.º 226, de 29 de Setembro, então com a designação de Instituto de Electromecânica e Energia, instituído por uma associação com a mesma designação, ministrando um único curso superior de Frigotecnia, conferente de grau equiparado a bacharelato, a que se vieram a juntar mais tarde ciclos de estudos em Engenharia Electromecânica, Engenharia de Produção Industrial e Engenharia de Recursos Informáticos.

71 – No desenvolvimento da sua actividade, este estabelecimento veio a expandir as suas áreas técnicas e científicas também para o domínio das artes, em consequência do que acabou por alterar, no ano 2000, a sua denominação para a actual de Escola Superior de Artes e Tecnologia de Lisboa, nos termos constantes do Aviso n.º 16.012/2000 (2ª Série), de 17 de Novembro daquele ano.

72 – Na sequência da mudança, no ano de 2002, para instalações arrendadas sitas na Rua de Santo Amaro, n.º 34, em Lisboa, a ESTAL veio a deixar de ter condições para manter os ciclos de estudos na área das engenharias, dada a tipologia e exiguidade das instalações, desenvolvendo, em alternativa, de forma mais acentuada as suas competências formativas em Design e Artes Performativas.

73 – Posteriormente, já em 2 de Novembro de 2006, a ESTAL foi transmitida para a sua actual entidade instituidora, o ILV, num procedimento que por imperativo legal obrigou à verificação da manutenção dos pressupostos e circunstâncias subjacentes ao reconhecimento do interesse público do estabelecimento, tudo conforme consta do Despacho n.º 25.837/2006, do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 243, de 20 de Dezembro de 2006.

74 – Desde aquela data que a ESTAL tem vindo a ministrar os dois cursos de licenciatura (Design de Comunicação e Artes Performativas) que actualmente oferece (além de outras formações, quer ao nível das pós-graduações, quer de estudos não conferentes de licenciatura), e até 2015 sem que fossem colocadas quaisquer questões ao nível da qualidade pedagógica dos mesmos ou da verificação da manutenção dos pressupostos de interesse público da ESTAL, excepção feita à questão horizontal da degradação das suas instalações que, no entendimento dos competentes serviços do MCTES, tinham deixado de ter condições físicas para albergar os cursos ministrados na Escola.

75 – Consequentemente, e a fim de garantir a manutenção da sua actividade e dos cursos que leciona, procedeu o ILV, em 2016, à aquisição de novas instalações, em regime de locação financeira, nas quais realizou as necessárias obras de adaptação, instalações essas que foram devidamente certificadas e aprovadas pelos competentes serviços do MCTES e onde se encontra actualmente a funcionar a ESTAL.

76 – Por outro lado, importa salientar que a ESTAL se assume hoje como uma escola de nicho, vocacionada para áreas de formação que não são objecto de oferta pelos maiores estabelecimentos de ensino superior, mas nem por isso menos importantes para que no contexto nacional continue a existir um leque alargado de formações de nível superior, como é o caso paradigmaticamente da licenciatura em Artes Performativas, agregando o ensino do Teatro, da Dança e da Música, e que constitui hoje a única oferta formativa do género na cidade de Lisboa.

77 – Ora, como é sabido e reconhecido, o ensino artístico, principalmente de nível superior, não tem nem pode ter, no estado actual da apetência por bens culturais que se verifica em Portugal, os níveis de procura e adesão que têm outras formações mais clássicas (a Gestão, o Direito, as Línguas), pelo que não se pode aplicar aos estabelecimentos de ensino que aquela formação ou outras com igual nível de procura ministram, as mesmas métricas de avaliação utilizadas para estabelecimentos de ensino que propiciam apenas formações, digamos, mais universais.

78 – O que não significa que a existência de escolas superiores que asseguram tais formações não deva e não tenha de ser permitida e até assegurada, em nome da garantia da pluralidade no acesso e da abrangência e auto-suficiência da oferta formativa superior vis a vis as necessidades do país.

79 – Princípios e critérios que não é certo que tenham sido tidos em conta no Relatório da CAE e Deliberação recorrida, as quais se parecem ter limitado a aplicar uma espécie de matriz universal que desconhece especificidades, circunstâncias, idiossincrasias e, especialmente, antecedentes.

80 – Com efeito, a ESTAL tem sido objecto, desde 2006, ano em que como supra se referiu foi objecto de avaliação conducente ao reconhecimento do seu interesse público, de diversos processos inspectivos por parte da Inspeção Geral da Educação e Ciência (2008, 2013 e 2015), Direcção-Geral do Ensino Superior, relacionados com as anteriores (2013) e actuais (2017) instalações e da própria A3ES (2010 - Acreditação Preliminar das licenciaturas em Design de Comunicação e em Artes Performativas; 2011 – Autoavaliação das licenciaturas em Design de Comunicação e em Artes Performativas; 2012/2013 - Acreditação por 6 anos da licenciatura em Design de Comunicação; 2013/2015 - Acreditação por 6 anos da licenciatura em Artes Performativas), que a tornaram, certamente, numa das instituições de ensino superior mais monitoradas e avaliadas do País, e deveriam levar a que no âmbito do processo em curso fosse ponderada a razão pela qual todas as avaliações anteriores concluíram pela conformidade da ESTAL e dos seus cursos.

81 – Questão que justifica que, conforme supra já se invocou, as desconformidades que, não obstante, ainda possam ser identificadas na ESTAL, depois de passada a peneira de todas as inspecções e avaliações anteriores, não se revistam de gravidade que justifiquem uma decisão de Não Acreditação, determinante do seu encerramento a curto prazo, ponderadas as vantagens e inconvenientes de tal decisão.

82 – Como já se referiu, a ESTAL é o único estabelecimento de ensino superior em Lisboa que oferece formação académica a este nível integrando Teatro, Dança, Música e Performance, uma vez que a única outra oferta formativa semelhante era proporcionada pela licenciatura em Artes Performativas e Tecnologias da Universidade Lusófona, a qual encerrou no final do ano letivo 2016/2017, tendo os seus alunos transitado para a ESTAL.

83 – Todas as outras ofertas formativas na área das Artes existentes em Lisboa desagregam aquelas valências, o que confere um nível de compleição e abrangência singular à licenciatura de Artes Performativas ministrada na ESTAL, assente na percepção de que a realidade da criação artística é de uma cada vez maior comunicação e contaminação entre teatro, dança e outras práticas performativas. O carácter único do plano de estudos da Licenciatura em Artes Performativas da ESTAL, vai ao encontro das dinâmicas inter e transdisciplinares emergentes nesta área, assim como da realidade profissional deste sector artístico e cultural, que exige cada vez mais uma formação abrangente e transversal, capaz de corresponder a múltiplos desafios.

84 – Quanto ao Design de Comunicação, embora sejam bastante mais comuns as ofertas formativas congéneres na área de Lisboa, a verdade é que todas as demais se cingem a cursos de 1º ciclo sendo a ESTAL a única a disponibilizar o ciclo de estudos completo conferente de licenciatura, no âmbito do ensino politécnico.

85 – As unidades curriculares da referida licenciatura abrangem todas as áreas do design de Comunicação Visual desde o design impresso ao digital, correspondendo estas às áreas do design tipográfico, design editorial, design esquemático (infografia e sinalização), design de marca, design de embalagem, design de publicidade (campanha; produtos, serviços e eventos) e as áreas do design digital, nomeadamente o webdesign, a multimédia e o design interactivo. Paralelamente às competências projectuais, as unidades curriculares da área científica correspondente à tecnologia e comunicação, habilitam os alunos da ESTAL com as actuais ferramentas digitais adequadas a um conhecimento técnico activo, metodológico e participativo.

86 – Os aspectos acima referidos, aliados necessariamente à qualidade do ensino ministrado e do seu corpo docente, têm permitido um crescimento sustentado do número de alunos inscritos, que ascendeu de 66 no ano lectivo de 2011/12 para 126 no ano lectivo de 2016/17, isto é, quase o dobro, números que refletem adequadamente o aumento registado na procura dos seus cursos.

87 – Mas mais do que a procura o que deve impressionar é o nível de empregabilidade dos licenciados oriundos da ESTAL que atinge, no conjunto dos 9 anos lectivos decorridos entre 2007 e 2016, uma taxa média de 90%, conforme se invocou e comprovou no Relatório de Auto-Avaliação da ESTAL.

88 – Por outro lado, a ESTAL é autónoma financeiramente do Estado, custeando todas as suas despesas e investimentos, nomeadamente, a aquisição de um edifício no valor de € 1.250.000, não possui incumprimento bancário e não possui dívidas ao Erário Público (Fazenda Pública e Segurança Social).

89 – Acresce que, nos últimos 10 anos a ESTAL tem seguido escrupulosamente todas as recomendações das autoridades relacionadas com o ensino superior, IGEC, DGES e A3ES, nomeadamente, a qualificação dos docentes de acordo com a lei, a contratação de mais colaboradores e melhor qualificados, a ampliação da rede de parceiros nacionais e internacionais (integração na rede ERASMUS +) com os quais tem compromissos e, há dois anos, a mudança de instalações.

90 – Por fim, é relevante lembrar que, além dos ciclos de estudos conferentes de licenciatura, a ESTAL promove, ainda, diversos cursos de pós-graduação, cuja existência, alunos e receitas foram pura e simplesmente ignorados pelo Relatório Final da CAE e, consequentemente, pela Decisão recorrida que naquele assenta, bem como assegura formações em cooperação com outros estabelecimentos de ensino superior no estrangeiro, no âmbito do Programa ERASMUS, os quais igualmente se perderão num cenário de eventual encerramento do estabelecimento, sequente à sua Não Acreditação.

91 – Logo, o eventual encerramento da ESTAL, absolutamente injustificado no contexto que supra se delineou, terá como consequências necessárias:

- a) a extinção da única oferta formativa existente na área das Artes com uma visão agregadora das áreas da performance e da única licenciatura em Design de Comunicação existente em Lisboa no âmbito do ensino politécnico;
- b) a transferência dos seus alunos para outras instituições de ensino superior que tenham capacidade para os receber, o que, no caso do Design de Comunicação obrigará necessariamente à transferência para fora de Lisboa, se quiserem concluir a licenciatura, e no caso dos alunos de Artes Performativas à opção por uma das três áreas de formação (Teatro ou Dança ou Música), com evidente empobrecimento curricular, adulteração da opção de vida e formação inicial;
- c) a extinção dos postos de trabalho de docentes e funcionários da ESTAL, bem como a diminuição dos rendimentos dos docentes em prestação de serviços contratualmente ligados ao ILV;
- d) o empobrecimento do já depauperado e exangue panorama artístico nacional, agora no pilar da formação inicial e continua de nível superior, por efeito do desaparecimento dum projecto com uma identidade única e profundamente entendido da criação artística contemporânea, com condições para preparar teórica e tecnicamente os profissionais do futuro das artes performativas em Portugal, fazendo crescer à falta de recursos materiais que, como é público, se faz sentir na área da Cultura, a diminuição das possibilidades de qualificação, inicial e subsequente, dos seus agentes.

92 – Tudo isto sem que se vislumbre verdadeira justificação, face ao normal e regular funcionamento da ESTAL pelo menos nos últimos 10 anos, período em que, como já se referiu, tem vindo a ser objecto de regulares acções inspectivas por parte da Inspeção

Geral de Educação e Ciência, avaliações pela DGES e procedimentos de acreditação e avaliação pela A3E's, os quais têm sempre concluído pela justificação da sua existência, mérito da sua acção e valimento da sua formação, sem prejuízo dos sempre necessários aperfeiçoamentos, que a ESTAL e o ILV têm acatado e prosseguido.

93 – Assim, e em conclusão, face ao regular funcionamento da ESTAL, ao seu suficiente financiamento, ao seu carácter distintivo, particularmente no que concerne ao ensino artístico, aos postos de trabalho que assegura e aos rendimentos que permite aos docentes auferir, por contraposição a algumas desconformidades e ineficiências que possam subsistir no seu funcionamento, mesmo que se entenda que estas justificam, numa aplicação rigorosa da lei, uma decisão de Não Acreditação, julga-se que revogando a Deliberação recorrida, por manifesta inconveniência da mesma, prestará este Conselho de Revisão inestimável serviço à causa do Ensino e da sua pluralidade em Portugal.

Termos em que, com o suprimento de V<sup>as</sup> Exas, deverá:

- a) Ser anulada, por ilegal, mostrando-se inquinada de vícios de forma por falta e insuficiência de fundamentação de Direito, a Deliberação recorrida;
- b) Caso assim se não entenda, o que se admite sem conceder e por mera cautela, deverá a mesma Deliberação ser revogada, por ilegal, padecendo de vícios diversos de violação de lei, circunstanciadamente supra enunciados;
- c) Encontrando-se fundamento legal para a decisão de Não Acreditação, ser declarada a manifesta inconveniência da Deliberação que a decidiu, revogando-se esta com tal fundamento;
- d) Em qualquer dos casos referidos nas alíneas b) e c) antecedentes, ser substituída a Deliberação revogada por outra que determine a Acreditação institucional da ESTAL ou, dando-se por suficientemente relevantes algumas das desconformidades detectadas no procedimento, a sua substituição por outra que determine a Acreditação condicional da ESTAL, sujeita às medidas a determinar pela A3ES, a implementar no prazo que esta prudentemente fixar.

Foi paga a taxa devida pela interposição do recurso, conforme comprovativo já remetido à Gestora do Procedimento.

A Presidente do Conselho de Administração do ILV,

(Maria Franco Lemos Mocho)